



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



RIO DE JANEIRO, RJ, 15 DE MAIO DE 2000

Senhores Ministros aqui presentes; Senhor Superintendente-Geral do Instituto Nacional de Altos Estudos, Doutor João Paulo Reis Velloso; Senhor Presidente do BNDES, Francisco Goss; Senhores Parlamentares; Funcionários; Dirigentes do BNDES; Senhoras e Senhores,

Foi, naturalmente, com especial satisfação que recebi o convite para retornar aqui a este Instituto e participar desta sessão do Fórum Nacional, que é a última do século.

Tenho acompanhado, faz muitos anos e com interesse, o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Instituto que é, realmente, um espaço de reflexão sobre o Brasil.

É muito importante que se mantenha uma espécie de *think tank*, como é o Instituto, com essa capacidade que tem tido, no decorrer desses anos, e uma visão muito plural e interdisciplinar de permitir que haja uma reflexão sobre temas que são candentes e que dizem respeito às orientações fundamentais do nosso país.

E é, portanto, a partir dessa inspiração mesma que aceitei participar e vou até pedir permissão, como já disse ao Doutor Velloso, para

me alongar um pouco. Não quero desperdiçar esta oportunidade de, neste momento, termos uma conversa bastante ampla sobre os temas que já foram aqui mencionados pelo Ministro Velloso e que dizem respeito, ambiciosamente, a futuro, presente e passado. Não entrarei em todos esses temas, porque seria demasiado, mas gostaria de hoje, se me permitem, discutir um pouco algumas transformações no Brasil, numa perspectiva mais estrutural do que conjuntural.

Os avatares da Presidência da República nos levam sempre a estar respondendo a questões do dia-a-dia, às vezes, de hora a hora. E com o sistema das “telinhas” então, de minuto a minuto. Mas acho que, de vez em quando, convém um olhar um pouco mais amplo, sempre tendo em vista que, a partir desse olhar, é preciso responder a algumas indagações sobre os rumos do país, tanto no passado quanto no presente, quanto naqueles que ele possa vir a ter no futuro.

Quero, ao falar primeiro sobre esses momentos de transformações que ocorrem no Brasil, fazer um *caveat*. Não sou o primeiro, naturalmente, a assinalar a dificuldade de colocar a História em perspectiva no mesmo momento em que a estamos vivenciando, sobretudo quando esse momento é, isso é inegável, de tão intensas, densas e profundas transformações no conjunto do planeta e aqui, em especial. É preciso que, nesses momentos de balanço, evitemos as, enfim, quimeras do ufanismo, que freqüentemente escondem e minimizam as nossas mazelas e dificuldades, que não são poucas. Também é preciso evitar o derrotismo que ignora as nossas realizações e desconsidera o esforço grande do nosso povo e o trabalho que tem sido feito.

Ao mesmo tempo, é preciso que leve uma formulação da utopia da boa sociedade, com base na nossa realidade concreta, mas é preciso divisar, sonhar com certa ousadia os passos necessários para que se possa modificar as coisas na direção daquilo que se desenha como o mais auspicioso.

Portanto, esse balanço deve ter um tempo realista e utópico, pois, nas palavras de Antonio Gramsci, combina o bom ceticismo da razão com o necessário otimismo da vontade, que deve ser o resultado de um

amplo debate racionalmente fundado, em que o confronto de interesses das visões impeça a demagogia enganadora e a simplificação das soluções.

Sou profundamente democrata e acredito na razão, acredito no debate, acredito que é preciso que se mantenha viva essa crença que pode ter sido já ultrapassada pelo pós-modernismo, mas, de qualquer maneira, prefiro ser iluminista e ficar mais fiel àquilo em que sempre acreditei: que é preciso, racionalmente, encontrar os caminhos que permitam as transformações.

A memória, sobretudo das dificuldades, às vezes é curta. Mas é preciso começar esse balanço lembrando que, há pouco mais de dez anos, o Brasil e o mundo eram muito distintos do que são hoje. São obviedades, mas convém lembrar. Há dez anos, ainda existia a União Soviética. O Mercosul apenas dava seus primeiros passos. Ainda não se tinha consciência plena da magnitude das mudanças impulsionadas pelos processos simultâneos de superação da Guerra Fria e de crescente globalização das finanças, da produção e do comércio. E a Internet, como instrumento global de informação, apenas engatinhava. Isso faz dez anos.

É importante também recordar os reveses que o País sofreu, seja no plano econômico, com a crise da dívida e o esgotamento do crescimento baseado na industrialização protegida, seja no plano político – amargando ainda a herança de mais de duas décadas de falta de liberdade e de autoritarismo –, seja no plano social, quando a estagnação econômica e a inflação descontrolada fizeram aumentar a pobreza e aprofundar a desigualdade.

Não foi à toa, embora o diagnóstico seja parcial, que os anos 80 e o início dos anos 90 são, freqüentemente, considerados como perdidos. Digo apenas parcial, e já mostrarei por quê.

Mas a sociedade brasileira reagiu a esse quadro e soube reunir forças e instrumentos políticos para enfrentar os antigos e os novos desafios.

Como eu disse, é difícil dar-se conta da dimensão dos processos históricos quando ainda estamos imersos neles, mas tenho a convicção de que, no futuro, os últimos anos do século XX serão reconhecidos como um período em que se realizou uma das mais profundas trans-

formações da nossa História. Transformação na dinâmica demográfica do Brasil, na sua estrutura produtiva, no seu arcabouço institucional, na organização do Estado, no perfil das políticas governamentais e nos padrões de organização social do país.

E vale a pena, creio, retraçar, ainda que brevemente, o percurso dessas transformações. Vamos começar pelo quadro político e social. Assistimos, nas duas últimas décadas, à ampliação da agenda pública, que se tornou muito mais complexa, com a retomada de velhos temas e o ingresso de novos. Voltaram à baila a questão agrária e o tema da Federação. Entraram em pauta a questão ambiental, a situação da comunidade negra, o bem-estar das minorias, as questões de gênero, a reforma da Previdência, o problemas dos menores, a expectativa de novos setores. Só para mencionar alguns temas que voltaram ou que estiveram presentes com muita força no debate nos últimos 20 anos, e acentuadamente nos últimos dez anos.

A que nós podemos atribuir essa expansão da agenda tão significativa? Será que as políticas públicas e as demandas deixaram de ter eficiência e as demandas foram se avolumando? Aprofundou-se por acaso o hiato entre o Estado e a sociedade? Pelo contrário, o fato de que a pauta de reivindicações sociais hoje se apresenta mais ampla e diversificada reflete – eu estou convencido – a energia de um país, de um espaço público em permanente renovação, onde pleitos, há muito não atendidos, ganham visibilidade e onde novas postulações são apresentadas. É só comparar. Pegar a agenda há 20 anos e a agenda de hoje, que se vai ver com muita facilidade que a transformação foi gigantesca e que essa transformação não decorreu da inexistência de políticas públicas, mas decorreu, isso sim, do aumento de demandas, possibilitado até mesmo pela ação da democracia e pela ação de políticas públicas que suscitam novas inquietações.

Portanto, a sociedade brasileira, na verdade, conseguiu se expressar em sua pluralidade, com suas expectativas, mazelas, muitas das quais são de caráter estrutural, mas que aparecem nas conjunturas. Isso tem que vir, obviamente, com o fim do autoritarismo, com o desenvolvimento da cidadania, com a revitalização da democracia

representativa e a dinamização dos diversos mecanismos de participação cidadã, com a democratização do Estado. Seria engano minimizar a importância dessas conquistas. O seu sentido mais profundo é o de proporcionar a base, a partir da qual tudo o mais passa a ser passível de solução.

Às vezes, se ouvem vozes céticas com relação à democracia. E vozes que dizem: "Pois bem, a democracia é muito bonita, nobre, mas os problemas continuam." Até mesmo pesquisas recentes afiançam a existência de um certo desencanto com a democracia. Mas são vozes equivocadas. E o fato de mesmo a maioria estar pensando equivocadamente sobre democracia não diminui o erro de não tomar em consideração a importância da democracia. Porque falta a essas vozes perceber que a democracia, evidentemente, não resolve, de imediato, os nossos anseios, mas ela dá a chave para que possamos encaminhar a solução dos problemas. E o que conquistamos, nessas últimas décadas, foi isso: um método de solução de problemas baseado no que já mencionei, em um diálogo, na aceitação das diferenças, no respeito ao dissenso e na renúncia à utilização de meios violentos como instrumento de política. Isso não é pouco.

Já se foi o tempo da gestão patrimonialista, em que a administração do bem público se fazia segundo interesses localizados, incrustados na estrutura do Estado, que, em outra época, chamei de anéis burocráticos. O fenômeno teve sobrevida nos anos que se seguiram à redemocratização, com os estamentos se refugiando em nichos cartoriais que insistem em projetar seus interesses como se fossem aspirações da coletividade. Mas já não dão mais o significado fundamental do processo global, senão que são, quando existem, resquícios de outro momento, porque a situação, hoje, é outra, porque existe um novo relacionamento entre o Estado e a sociedade. E a sociedade está cada dia mais autônoma e mais organizada.

A interlocução se dá, portanto, muito mais, agora, a partir de critérios impessoais, de maneira transparente e com uma distribuição mais equilibrada de responsabilidades. Noutras palavras, o Estado perdeu o monopólio do público, sem abdicar da função regulató-

ria que lhe é inherente. O chamado terceiro setor tem dado uma contribuição importante para o bem comum. E essa tendência deve ser consolidada. A concertação com o terceiro setor, com as organizações da sociedade civil, aumenta a eficiência da gestão pública com ganhos de eqüidade, já que permite ao Estado concentrar recursos em tarefas de maior impacto distributivo e de interesse imediato para os menos favorecidos. Quanto mais afeto a áreas onde sua presença é insubstituível, como educação, saúde, maiores as chances de o Estado contribuir como deve para a transformação social.

Aqui é importante insistir que essa ampliação do espaço público, o fato de não existir mais o monopólio das políticas públicas, não só do exercício delas, como da sua crítica, da sua implementação por parte, seja dos canais organizados, dos partidos, do Parlamento, seja das burocracias estatais, levam a uma modificação muito significativa nas formas de controle da sociedade. E como isso vem junto com um processo que é visível, de descentralização, como não apenas o Estado está se refazendo, mas o Estado central, a União, transfere recursos e transfere responsabilidades para outros níveis da administração da Federação, os estados e os municípios. Isso vem seguido, crescentemente, de uma participação ativa de mecanismos de controle por parte da sociedade civil.

Não quero cansá-los com exemplos, mas todo o sistema de saúde, o SUS no Brasil, hoje em dia, é organizado dessa maneira em que ele requer a existência de grupos locais de controle. Da mesma maneira no que diz respeito à educação. Os recursos que são destinados às escolas dependem do controle das Associações de Pais e Mestres. Quando se vêem nos jornais – e se vê com tanta insistência – críticas ao Fundef, são críticas ao mau uso do recurso. Isso não quer dizer que o recurso tivesse sido melhor utilizado antes; quer dizer que, hoje, se percebe quando ele é mal utilizado, porque há a imprensa que critica, a imprensa local, a imprensa internacional. Em cada região, o prefeito tem de prestar contas, de uma maneira ou de outra, às organizações locais.

Quando se dá um atendimento grande, como por exemplo à seca do Nordeste, imediatamente se organizam os grupos locais para que

seja possível a distribuição, até mesmo de cestas básicas. Tudo depende da existência de associações locais, onde há representantes das oposições, dos sindicatos, das igrejas. É um processo que está crescendo no Brasil e que mostra uma nova forma de o Estado se relacionar com a sociedade.

Isso indica que o Estado é cada vez mais poroso – para voltar a usar palavras gramscianas – e que isso é fundamental, que o Estado seja permissível aos retornos sociais.

Quando me refiro ao Estado, não é apenas me referindo aos titulares de poderes: presidente, presidentes das Câmaras, ou aqueles que são representantes do povo, ou que são os grandes diretores das instituições estatais ou diretores das grandes instituições. Não. Eu me refiro a que isso é um processo que vai ocorrer, está ocorrendo em geral. Não diz respeito apenas ao ápice do poder estatal, mas diz respeito ao funcionamento do Estado.

Na medida em que esses mecanismos se generalizam através da informação crescente – a Internet é um exemplo claro da possibilidade disso –, em que tudo passa a ser informado, naturalmente isso significa que, o que em inglês se chama *accountability*, passa a ser uma prática normal. É preciso que haja mais responsabilidade, e haja quem tome essa responsabilidade, e não apenas os Tribunais de Contas e os Congressos, mas a própria sociedade e a mídia têm um papel central nesse mecanismo de generalização das formas de controle. É alguma coisa que passa a ser muito importante para que possamos, efetivamente, modernizar essa relação do Estado com a sociedade, que tem a ver, como mencionei antes, com o aparecimento na agenda pública de questões cada vez mais diferenciadas; e é preciso que se criem grupos que articulem seus interesses, manifestem suas expectativas, e as instituições políticas precisam também se aproximar dessas novas formas da sociedade.

De novo, aqui, a mídia desempenha um papel fundamental. A presença de uma mídia livre, mas também responsável, é condição fundamental para que essa nova forma de democracia deliberativa, mais ampla, se implante em nosso País. Não se trata, portanto, pura

e simplesmente, de reconhecer que houve, nesses últimos anos, o fortalecimento, que é muito importante, da democracia representativa da liberdade, tal como está assegurado na Constituição, mas se trata de ter havido uma transformação – está havendo – na gestão pública e uma transformação na sociedade.

E cada vez mais é preciso que haja uma aproximação entre os novos atores, os novos temas, os portadores das novas expectativas e também esperanças, com os gestores e com o setor político de uma maneira geral. Uma vez, fiz uma declaração nos jornais do Brasil nesse sentido, que provocou um certo ruído. Eu disse que existia uma parte importante da sociedade, até mesmo já organizada, mas cujas organizações ainda não têm a capacidade de interferir nos níveis decisórios do Brasil. E que existe, portanto, também aí, uma marginalização que não é mais aceitável, que precisa ser, progressivamente, suprida através de mecanismos de interação crescente.

Portanto, nos anos 90, houve uma certa correção de rumo. Para começar, e aí passo a entrar em outros temas também, cruzamos o milênio com uma situação econômica diferente daquela que prevalecia no começo dos anos 90. Não vou me referir ao óbvio, que com o Plano Real foi possível derrubar a inflação que tinha chegado, como todo mundo sabe, a níveis estratosféricos e, hoje, está em níveis baixos.

Fizemos o ajuste do câmbio, uma decisão que foi bastante penosa – todos sabem –, mas que está produzindo resultados, que esperamos que sejam duradouros, uma vez que não correm mais o risco de serem anulados pela inflação, ao contrário de experiências anteriores.

É nesse contexto, de uma sociedade muito ativa, muito exigente, crescentemente exigente, portanto democrática, que se processou, também, uma transformação de rumos. Eu insisto sempre que essa transformação de rumos, quando ocorreu a luta para vencer a inflação, não teria sido possível se não tivesse havido um processo de democratização anterior e se não houvesse a necessidade de um diálogo diferente entre o Governo e a sociedade. Não vou também recordar isso aqui, nem as discussões imensas que tivemos na formulação da URV, que era uma experiência arriscada e que supunha

a compreensão, por parte da sociedade, de um mecanismo de hiperinflação controlada. Não obstante, isso foi feito, e só pôde ter sido feito porque não foi feito um mecanismo de controle de inflação simplesmente tecnocrático. Houve um processo político de entendimento do que significava a inflação, do que significava refazer os orçamentos, dos efeitos da inflação, etc.

É claro que o que eu disse aqui, e com o qual foi possível fazer as transformações todas, supõe esse novo momento. Mas, para que não se imagine que estou simplesmente falando no vazio, aqui a desvalorização que fizemos foi feita num momento difícil, não obstante. Esse é um mapa comparativo que mostra Brasil, México, Coréia do Sul, Filipinas e Indonésia. E vai se ver aqui – o Brasil está em vermelho. Aquilo é a variação do Produto Interno Bruto real do Brasil, no período em que houve a desvalorização, e no outro lado é o Índice de Preços ao Consumidor acumulado. O índice que mostra a inflação medida pelo IPC, no Brasil, está em vermelho também, ou seja, foi onde houve a menor diminuição de PIB. Na verdade, houve um certo crescimento, pequeno mas houve. E onde houve o maior controle do efeito da desvalorização sobre a inflação.

Como se fala muito desses outros países como exemplos de mecanismos que deram certo, é preciso ver que o mecanismo no Brasil, com todas as dificuldades – e que eu acho que são vantagens – de um país onde a crítica é absolutamente livre e onde os grupos pressionam de uma maneira muito ativa, isso não foi obstáculo, senão que, a meu ver, foi o modo positivo para permitir que houvesse essa desvalorização com esses efeitos tão pouco negativos, embora não seja inegável que um processo de desvalorização da magnitude do nosso provoca uma série de efeitos, como provocou na taxa de crescimento do PIB. Mas, não obstante, foi o menor de todos esses processos.

Claro que hoje as condições são favoráveis. Houve uma modificação muito grande no quadro econômico, e nós temos uma expansão de exportações, principalmente de manufaturados. Isso apesar de que tivemos uma situação econômica internacional para *commodities* – o valor das *commodities* – muito negativa. Mas veja-se aí o que

aconteceu com relação às nossas exportações. As exportações totais subiram 34,50%; o valor, 13,10% porque houve uma perda de preços. As divisões e básicos semimanufaturados e manufaturados. O mais significativo é o último item. Essa exportação foi fortemente favorável no que diz respeito aos manufaturados. Nós, aí, estamos comparando os períodos de antes e depois das crises externas, ou seja, o primeiro trimestre de 2000 contra o primeiro trimestre de 97, para não compararmos com o primeiro trimestre de 99, porque o primeiro trimestre de 99 era um momento mais favorável à comparação. Então pegamos um momento menos favorável que foi o primeiro trimestre de 97, quando a economia avançava razoavelmente.

Vê-se, portanto, que essa sociedade dinâmica, que rapidamente mostrei aqui, foi capaz de gerar, também, resultados dessa magnitude. Isso por quê? Por muitas razões, entre as quais – insisto sempre nisso – o fato de que passamos a ter, por causa mesmo do afiançamento democrático e da capacidade de governar, ou seja, da governabilidade, um clima de menos sobressaltos em um ambiente muito estável para os agentes econômicos trabalharem e a política monetária passou a ter rumo.

Da mesma maneira no gasto público, passamos de uma situação em que não se tinha noção da importância do controle do gasto público para a obtenção de certos resultados, para uma situação totalmente diferente. O máximo exemplo dessa nova atitude está na aprovação, pelo Congresso, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi aprovada em um ano, nas duas Casas, com amplíssimo debate. Debate com os governadores, com os prefeitos. Pela Internet, foi feita uma consulta e houve cinco mil sugestões para essa lei. Foi uma lei aprovada por Governo e oposição. Amplo senso. Esse grupo dirigente é, hoje, uma espécie de divisor de águas na história da gestão pública neste país, aumentando o grau de responsabilidades. E, em breves semanas, o Congresso vai aprovar uma outra lei, também importante, que penaliza os gestores que se afastarem de uma conduta responsável.

Isso por quê? Porque habitualmente, no Brasil – e repito sempre, é uma frase do Ministro Malan –, a nossa incerteza vem do passado. Vez

por outra apresentam-se contas astronômicas pela irresponsabilidade de dirigentes há décadas. Pela imprevisibilidade, muitas vezes, mais do que irresponsabilidade, de dirigentes, há décadas. De repente, se passa uma conta para a sociedade, no futuro, imensa, tal é a irresponsabilidade fiscal. Nós queremos pôr um limite a esta questão.

Ora, isso significa que essas transformações que foram feitas foram transformações que, de alguma maneira, tiraram o Estado da inadimplência absoluta em que se encontrava – e é bom frisar esse ponto. Irrita-me, e sempre me irritou, a crítica no sentido de que o Governo estivesse favorecendo a desorganização ou a diminuição do Estado. É o contrário. Nós estamos tornando o Estado apto para tomar decisões. E essas decisões não são do Estado, são da sociedade.

O Estado estava corroído de tal maneira, seja pelos anéis burocráticos que mencionei, pela privatização de partes importantes do aparelho do Estado, sob a capa, naturalmente, de interesses nacionais, sempre; seja pela inflação, que impedia visualizar-se o que estava, efetivamente, acontecendo. Era impossível prever o que aconteceria. Seja pela facilidade gerada pela inflação, em que o equilíbrio orçamentário se dá de imediato, pela simples gaveta do Ministro da Fazenda. É só não liberar e tudo, aparentemente, se equilibra na escrituração. Mas o povo paga um preço altíssimo nisso tudo.

Pois bem, na verdade, para fazer frente a isso, o que nós fizemos foi recriar ou, pelo menos, tentar recriar, mudar o rumo – por isso me referi à mudança de rumo – do Estado brasileiro. Não, repito, no sentido de diminuí-lo, não no sentido de torná-lo menos sensível às demandas da sociedade, mas mais capaz de atender às demandas, tais como essas se apresentam nos dias de hoje. E criamos uma série de agências reguladoras. Onde houve privatização, houve uma agência reguladora para olhar pelo interesses do consumidor, o interesse do país e o interesse do investidor.

Não houve uma área de privatização sem que houvesse uma agência regulamentadora. E onde, nas funções típicas de Estado, as ações se ampliaram, por exemplo, na educação, na saúde, na reforma agrária ou na Previdência, nós, progressivamente, despolitiza-

mos a gestão dessas áreas. O exemplo mais recente é o da reforma agrária, em que se vai fazer um contrato de gestão, com concurso público, para aqueles que vão exercer funções no Incra. Toda gente sabe a história do Incra, de um passado que não é dos mais recomendáveis, em termos de clientelismo, em termos, até mesmo, de corrupção.

Bom, isso estamos fazendo progressivamente, nas várias áreas do aparelho de Estado, que não são objeto dessas transformações mais radicais, que dizem respeito à criação de novas agências. Pode-se discutir os efeitos, mas alguns são inegáveis.

Vejam o que aconteceu no setor de telecomunicações. Isso mostra a ampliação do serviço de telefonia celular, de 94 a 99. Em 99, até setembro, na verdade, foi mais. São 17 milhões de telefones celulares. Isso significa que houve um barateamento imenso da telefonia celular. Houve um barateamento da telefonia fixa. Houve um aumento no equivalente, mas de amplitude imensa, da telefonia. E houve, portanto, acesso, democratização.

Hoje em dia, só para dar um exemplo, dos 12 milhões e 500 mil, mais ou menos, contribuintes do Imposto de Renda que o Brasil tem – e isso também aumentou, mais do que dobrou, nesses últimos anos –, 88% dos contribuintes individuais apresentaram a sua declaração de renda pela Internet. Não há exemplo, no mundo: 88%, pela Internet. E as pessoas jurídicas, todas.

Quer dizer, houve, efetivamente, a assimilação de um novo padrão. Se não tivéssemos procedido a essa transformação que está refletida nesses números, dificilmente o Brasil teria condições de entrar nessa nova onda de avanço tecnológico e de reorganização do setor produtivo, assegurada pela transformação na área de telefonia, na área da Internet. Estamos, proximamente, tomando decisões para a terceira banda, a Banda C, que vai ser uma nova revolução tecnológica e que, através do telefone, se vai ter, ao mesmo tempo, o computador, a televisão, o que se queira.

Bom, essa revolução não teria ocorrido se não tivéssemos não apenas privatizado, mas mudado. E tomado cuidado de, ao designar os

responsáveis por essa área, designar gente técnica, de competência. Não tem um que tenha sido indicado por qualquer partido. Não que não pudessem fazer boas indicações, mas, pelo menos num primeiro momento, nem pelo meu, muito menos. Foi tudo a partir de currículos. Se me perguntarem os nomes, eu não sei. Conheço o Presidente.

Isso foi feito. O Ministro Sérgio Motta teve um papel muito importante nisso. Na campanha de 94, eu já tinha reuniões com o Ministro Paulo Renato e com outros assessores, para redefinir a telefonia. Porque era evidente que o Brasil tinha um gargalo imenso nessa área e não poderia avançar se não houvesse uma transformação dessa magnitude.

Não vou me referir a cada uma das outras áreas. Seria possível, na área do petróleo, com as decisões tomadas, com o apoio, sempre, do Congresso, com as modificações havidas, de flexibilização do monopólio. E essa flexibilização permitiu uma expansão. Hoje, a Petrobras produz 1 milhão e 200 mil barris por dia. Isso se compara com 700 mil, há cinco anos. Quase dobrou. E nós estamos apenas iniciando o processo de expansão na área de petróleo.

Na área de energia elétrica e de gás, a transformação é equivalente. Retomamos todas as empresas que estavam paradas, todos os empreendimentos parados, de energia elétrica. Eram muitos. Não sei de cor quantos, eram 22 ou 23. Desses, uns 16 ou 17 já estão gerando energia.

O gás, havia até quem duvidasse que houvesse gás na Bolívia. Hoje, estamos discutindo um eventual segundo gasoduto para a Bolívia. E temos gasotudo vindo da Argentina, também. Hoje, lançamos um programa de 48 ou 49 termoelétricas, que terão que ser feitas praticamente até o fim do meu mandato, para que possamos sustentar uma taxa de crescimento de, pelo menos, 4% ao ano. Houve um incremento na geração de energia, muito grande.

Bom, isso tudo digo, apenas, com o ímpeto, com o desejo de mostrar que houve, de fato, nos anos 90, uma mudança de rumo. E essa mudança de rumo, repito sempre o mote, se deu no momento em que a sociedade é mais aberta, mais ativa.

Claro que isso teve, também, um preço. Qual é o preço? É que tivemos que dar mais competitividade às empresas. Elas tiveram que entrar para o mercado externo. Houve uma abertura à concorrência internacional. Mas essa abertura permitiu, também, que houvesse uma reação, por parte do empresariado, que reduziu custos, melhorou a qualidade, aumentou a produtividade e, como vamos mostrar daqui a pouco, inicia um ciclo de investimentos para a modernização e expansão do parque produtivo que está longe de se esgotar.

É óbvio que, com isso, não estou dizendo que essas transformações que se dão *pari passu* com esse processo que mencionei aqui, de passagem, porque mais que conhecido, de globalização, não traga problemas. Os que tiverem a pachorra, podem ler as cartas, que são acessíveis, que mandei aos Presidentes do G-7, sempre. Cada vez que houve uma reunião, eu mandei uma carta. Cada vez que estive presente com um deles, eu toquei em certos pontos. Desde abril de 95, numa conferência que fiz na Cepal, como Presidente da República, disse já, para ressaltar o óbvio, que nós teríamos que olhar o que está acontecendo nos mecanismos financeiros internacionais, porque os fluxos de capital têm uma velocidade imensa e porque nós estamos diante de uma economia que se globalizou e de um processo decisório que não é globalizado.

Não há um poder legítimo mundial, e há uma ação internacional legitimada, que são esses investimentos e esses fluxos de capital muito grandes. Isso traz um certo descompasso, que leva, naturalmente, à insistência sobre a importância da revisão dos mecanismos que foram criados em Bretton Woods. Esse processo está em marcha. Muitas das sugestões feitas foram absorvidas. Hoje, embora as pessoas todas pensem muito no G-7, já existe um G-20, que tem uma importância estratégica maior, porque reúne os países em desenvolvimento com os países desenvolvidos e está redefinindo uma série de problemas relativos às instituições internacionais e relativos às formas de monitoração das economias internacionais.

Ou seja, o Brasil não apenas está fazendo uma série de transformações, como mostrei algumas, como tem uma posição política, em

nível internacional, clara, nessa matéria. Clara. Não é mais o “patinho feio”, que fica à margem. Faz-se presente e diz o que pensa, com a força que tem, que não é, evidentemente, uma força capaz de mudar o rumo da economia internacional, mas que se acrescenta a outras vozes e que vai permitindo, progressivamente, uma transformação que terá que ser feita, para que possamos ter um processo de globalização, para usar a expressão que uso sempre, que não seja tão assimétrico quanto o atual.

Com isso tudo, tenho a impressão, para responder ao que disse o Ministro Velloso, de que temos um ciclo de prosperidade à vista. Esse programa que definimos, chamado Avança Brasil – diga-se, de passagem, o Ministro do Planejamento do Brasil, Doutor Martus, foi à Cepal, ao Chile, onde o Ministro Celso Furtado e eu trabalhamos, ele nos anos 50 e eu nos anos 60 e, em algum breve momento, juntos, e ficou bastante surpreso com o fato de que houve um desmantelamento dos processos de planejamento, praticamente em toda a América Latina, menos no Brasil, onde nós mudamos a técnica de planejamento, mas o mantivemos – talvez seja o plano mais ambicioso que este país já teve, em termos não só de propor metas, como em termos do controle dessas metas – não vou entrar em detalhes, também, porque não é oportuno, mas é, realmente, alguma coisa que vale a pena que os brasileiros conheçam. Porque eu ouço, com tanta insistência, a expressão de que falta um projeto nacional. Devo dizer, com franqueza: falta que as pessoas se informem melhor sobre os projetos nacionais e sobre o que está sendo feito. Não é que vai ser feito, está sendo feito. E não pelo Governo, é pelo país.

Muitos Estados estão replicando esse mecanismo Avança Brasil. Até mesmo o Presidente da Argentina me pediu e eu enviei os técnicos para conversarem com ele, para que eles também possam definir algumas metas, a partir dessas técnicas que nós estamos utilizando aqui. E, certamente, convoquei uma reunião dos presidentes dos países da América do Sul, para o dia 31 de agosto e 1º de setembro, e pedi ao Banco Interamericano de Desenvolvimento que mostrasse as possibilidades de uma integração física da América do Sul, e não me

referi a toda a América Latina, que seria o ideal. Mas, de qualquer maneira, o Banco Interamericano de Desenvolvimento está também nessa mesma inspiração do Programa Avança Brasil, que começou com o Brasil em Ação. E o BNDES tem um papel central na definição dessas metas.

Foram centenas de consultores e milhares de pessoas que participam da definição do que se pode fazer com o horizonte de tempo dado. Claro que lá nós temos toda uma programação de investimentos, só nesse programa, da ordem de 119 bilhões de dólares, sendo que desses, 44 bilhões de dólares proveriam do setor privado.

Bem, isso tudo me parece importante dizer porque o novo papel do Estado tem que ser além dos paradigmas obsoletos, tanto do neoliberalismo quanto do dirigismo. Essas são posições obsoletas, as duas. Agora, é preciso ver que há outros mecanismos que devam ser mais conhecidos, criticados, mas que estão em marcha, que é a existência de uma interação grande entre o setor privado e o setor público, entre o Governo e a sociedade, entre os burocratas, tecnocratas e os empresários, entre todos eles e os sindicatos, que participam, também, à medida que o desejem, da definição desses objetivos.

Portanto, acho que, efetivamente, se abre uma perspectiva de um ciclo de melhores transformações, no Brasil, nessa passagem de século. Agora, isso não se dá apenas porque existem investimentos. Não se dá apenas porque existe, como disse aqui, uma sociedade que se democratizou e que é exigente. Isso se dá, também, porque o Brasil tem uma certa base humana, capacidade científica e tecnológica instalada. Gente competente.

Precisamos voltar a valorizar as nossas coisas. O CNPq foi fundado em 1951. Foi como foi o CNRS, na França. A National Scientific Foundation, nos Estados Unidos. Enfim, foi mais ou menos simultâneo com as grandes organizações de motivação de pesquisa e da formação de cientistas, em 51.

Naquele ano, foram entregues 67 bolsas, se não me falha a memória, de estudo. Agora, no ano passado, foram 67 mil, entre o CNPq e a Capes, sem contar a Fapesp e os órgãos estaduais. Sessenta e sete